



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS-PE

Av. Conde da Boa Vista, 1410 - 1º andar - Boa Vista, Recife - PE, CEP: 50060-001

Fone: (81) 3183-3291 - 99488-2230

E-mail: ceaspe@hotmail.com; ceaspe@gmail.com

238º Assembleia Ordinária

LOCAL: Sala virtual do CEAS

DATA: 02/04/2024

HORÁRIO: 13h30

No dia 02 de Abril do ano de 2024, às 13:30 horas, teve início a 238ª Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, na sala virtual. Compareceram os/as seguintes Conselheiros (as): Andreza Sônia Costa Rodrigues Pacheco- Secretária de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas – **SDSCJPVD**; Cileide Maria de Araújo Souza - Secretária de Planejamento e Gestão e desenvolvimento Regional – **SEPLAG**; Ana Carolina Freire Lopes - Secretária de Saúde – **SES**; Thais Fernanda Ferreira Novaes - Secretária de Educação e Esportes – **SEE**; Romulo Americo da Silva - Secretária de Turismo e Lazer – **SETUR**; Edjane Tavares de Santana - Associação de Desenvolvimento e Assistência de Itaquitanga – **ADASI**; Nipson Richard Oliveira de Freitas – Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP**; José Felipe Bezerra da Silva – Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP**; Elaine Lima do Nascimento – Usuários da Assistência Social; Maria Ivaneide Gomes Oliveira da Silva – Ação Social Esperança e Vida – **ASEVI**; Mônica Anderessa Alves Campos – Conselho Regional de Serviço Social – **CRESS**; Erika Sitcovsky Santos Pereira – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – **CREFITO**; Edson de Souza Lima – Conselho Regional de Psicologia – **CRP**; Marcela Cristina Mendes Leandro – Sindicatos dos Servidores Públicos Civil do Estado de Pernambuco – **SINDSERPE**;**Justificaram a ausência:** Priscilla Viegas Barreto de Oliveira - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – **CREFITO**; Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade- Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – **CIEE-PE**;**Equipe técnica do CEAS-** Ana Paula Viana Torres, Etienne Paola de Araújo, José Adilson Pacheco de França e Vitória Beatriz da Hora Pacheco Galvão;**Convidados:** A Senhora Catia Silene Queiroz de Santana Andrade – Coordenação de Acompanhamento e Gestão das Transferências Fundo a Fundo. A Senhora Viviane Wanderley Cavalcanti Santos Gerente de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A Secretária Executiva Ana Paula iniciou a sessão com a apresentação da pauta do dia com os seguintes temas: **Ata da 237ª Assembleia Ordinária**; Resolução Nº 01 da CIB, que pactua procedimentos administrativos necessários ao cofinanciamento por meio do sistema de transferência Fundo a Fundo no âmbito da Assistência Social; Resolução CIB nº 13 que pactua Programa Cuidados em Família Extensa sob execução direta do Governo do Estado; Resolução Nº 17 que pactua a implantação de Serviços de Acolhimento Institucional na modalidade Casa Lar; Planejamento CEAS 2024/2025;- Informes; Encerramento **1-Ata da 237ª Assembleia Ordinária** - Após apreciação do Plenário, a mesma foi aprovada sem ressalva pelos conselheiros; **2-Eleição para Presidente** – A secretária executiva do Ceas, Ana Paula relata que o Ato de Nomeação não foi publicado e com isso não poderá ter eleição, pois seguindo o regimento impossibilita essa eleição.**3-RESOLUÇÃO CIB/PE Nº 01** – A senhora Catia Silene deu início trazendo a resolução sobre as questões dos procedimentos administrativos referente ao cofinanciamento, Catia pontuou que a resolução vem modificar a portaria dos procedimentos que foram feitos em 2013 que foi pactuada na CIB/PE, ressaltou que na CIB/PE teve a comissão que trabalhou em cima nas modificações, principalmente na parte das prestações de conta com isso foi pactuado na CIB/PE e trouxe para o Pleno para apresentação com relação as modificações. A senhora Catia destacou a Resolução da CIB/Pe que é Pactuar os procedimentos administrativos necessários ao Cofinanciamento por meio do sistema de transferência Fundo a Fundo no âmbito da Assistência Social. RESOLVE: Art. 1º Pactuar as orientações relativas aos procedimentos administrativos necessários à operacionalização do sistema de transferência automática e regular de recursos destinados ao cofinanciamento das ações da assistência social, do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS). O Inciso 1º – É para se habilitar ao repasse financeiro, o Município deverá formalizar sua adesão ao sistema fundo a

fundo, mediante Termo de Aceite, conforme modelo disponibilizado pelo Fundo Estadual de Assistência Social, por meio do portal, que é um diferencial, pois no antigo falava que tinha que ser impresso. O inciso 2º é um novo Termo de Aceite será disponibilizado para impressão e preenchimento sempre que for necessária a alteração das cláusulas pactuadas para cofinanciamento de determinada modalidade, quando não sempre ficará valendo o primeiro termo que foi realizado. O inciso 3º - Será anexada ao Termo de Aceite, Declaração assinada pelo Gestor Municipal da Assistência Social e pelo Prefeito, informando que o Município possui o chamado CPFO: (Conselho, Plano, fundo e o Credito Orçamentário). Já no inciso 4º - A SAS publicará portarias relacionando os municípios elegíveis por modalidade de cofinanciamento e os municípios poderão fazer o aceite, de acordo com os critérios pactuados na Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social (CIB), mediante preenchimento e envio do Termo de Aceite, no qual estarão descritos os compromissos e responsabilidades na execução de cada serviço e para cada modalidade a ser cofinanciada, o Município preencherá um Termo de Aceite específico. Com isso não havendo alterações necessárias, a renovação anual do Termo de aceite dar-se-á por meio de Termo Aditivo disponibilizado no mesmo portal ou seja, no Sigas. Não será necessário o Município fazer todo ano um termo de Aceite só quando for algum cofinanciamento diferente do que já tinha sido feito anteriormente ou se for uma ampliação. O inciso 7º é que a prestação de contas será feita anualmente, nos termos dos arts. 207 e 208, da Lei Estadual nº 7.741/78, devendo ficar arquivada no Município à disposição do FEAS, bem como dos órgãos de controle interno e externo Estadual e Federal, da Câmara Municipal e dos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados do encerramento do exercício e os municípios deverão enviar o demonstrativo sintético anual ao FEAS em até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício financeiro. Com isso as informações lançadas no demonstrativo sintético anual de execução físico-financeira são de inteira responsabilidade de seus declarantes, cabendo ao gestor municipal manter em sua guarda os documentos comprobatórios das despesas realizadas na execução do objeto da transferência, tais como notas fiscais, recibos, faturas, dentre outros legalmente aceitos e Verificada a omissão no envio do demonstrativo sintético anual de execução físico-financeira, o não envio do Processo de Prestação de Contas, quando solicitado, ou a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida na Lei Estadual nº 11.297/95 e Decreto Estadual nº 38.929/2012, bem como a paralisação ou o descumprimento da oferta de serviços por parte do Município, caberá à SAS, juntamente com a Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), deliberar de forma imediata sobre a suspensão dos repasses. A SAS realizará monitoramento da aplicação dos recursos e execução das ações em todos os municípios beneficiários ou por sistema de amostragem (sorteio, denúncia, inconsistência no demonstrativo sintético de execução físico-financeira), podendo requisitar o encaminhamento de documentos e os demais elementos que julgar necessários, bem como realizar visitas in loco em caso de denuncia Comprovada a omissão no dever de prestar contas, o desvio de finalidade ou o dano ao erário, a SAS providenciará a abertura de Tomada de Contas Especial, conforme legislação específica. O município beneficiário abrirá conta bancária específica para movimentação dos recursos, em instituição financeira oficial, sob a titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo uma conta para modalidade cofinanciada. O saldo dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual aos Fundos Municipais de Assistência Social, existente em 31 de dezembro de cada exercício, poderá ser reprogramado, dentro da mesma modalidade, para todo o exercício seguinte, desde que o órgão gestor tenha assegurado à população, durante o exercício em questão, os serviços socioassistenciais cofinanciados, sem

descontinuidade, Catia informa que está trazendo essa Resolução da CIB/PE para Pactuação e deliberação do Pleno e termina falando que foram esses pontos pactuados para o cofinanciamento. O conselheiro José Felipe questiona em relação aos repasses de recursos, é bem sabido que NOB SUAS especifica como de suma o município ter conselho, Plano e fundo, perguntou se o Estado tem tido dificuldades para essa questão? Ou estão bem adequados? Catia responde dizendo que o Estado não vem tendo dificuldade e Ana paula continua dizendo que caso o Conselho veja alguma inconsistência, incoerência entramos em contado, e claro que esse monitoramento é sistemático. José Felipe termina perguntando se no caso dessa Resolução CIB/PE é uma atualização já existente, ela facilita ou burocratiza mais, e em que ajuda os municípios, Catia silene afirma que ela Facilita mais, pois tudo é pelo SIGAS e não precisa tramitar papel e com isso essa portaria vem para afinilar um pouco mais, Edjane termina dizendo que o Governo Federal já trabalha assim. Aprovado sem Ressalvas. **4-RESOLUÇÃO CIB/PE Nº 13 – A Senhora Viviane Wanderley Cavalcanti Santos Gerente de Proteção Social Especial de Alta Complexidade pactuou Programa de Cuidados em Família Extensa com execução direta do Governo do Estado, A senhora Viviane deu início falando sobre a Resolução 13, que foi aprovada, esta voltado para apoio as famílias extensas de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos velados e precisaram ser afastados do convívio dos seus familiares de origem, então é para fortalecer essa Família extensa que tem uma família numerosa, que não consegue sustentar mais uma criança ou adolescente. Então esse programa foi pensado para essa família extensa, então as modalidades que tem de acolhimentos dos serviços são: 62 Serviços de abrigos institucional, 09 serviços na modalidade de Casa Lar, 12 municípios que possuem serviços de Família acolhedora e esse Outro foi registrado no CADÚNICO, A atual presidente, Edjane perguntou se todos estão em funcionamento e prontamente a Senhora Viviane respondeu que sim e que estão ativos e cadastrados no CadSuas na Data de 12/03/2024 e a mesma questionou se teve acompanhamento In loco e Viviane respondeu que sim, tem apoio técnico aos municípios e estão fazendo monitoramento recebendo a listagem de todas as crianças e adolescentes acolhidos nesses serviços, fazendo acompanhamento não só em loco mas fazendo acompanhamento dos relatórios das crianças e adolescentes acolhidos tanto na modalidade Família institucional como família acolhedora. Viviane pontuou que Nos casos **gravíssimos** em que a criança ou adolescente precisa ser afastada de sua família, cabe ao Sistema de Justiça obedecer a seguinte **preferência**: A primeira dela é a Colocação em **família extensa** (Art. 28, §3º: Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o *grau de parentesco* e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida); Com isso no Art. 34, §1º. trás que a inclusão da criança ou adolescente em “**programas**” de **acolhimento familiar** terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei; Com isso é preciso se pensar em políticas protetivas de acolhimento e o Governo do Estado trás esse cuidado de Família extensa para ser mais uma ferramenta de garantia de convivência familiar aqui no Estado para estarem nos seus municípios de origem ou mais próximos. Esse programa foi aprovado pela Lei 18.433 de 18 de Dezembro de 2023 e ele tem como destino a crianças e adolescentes que estejam em situação de violação de direitos ou de risco social e pessoal, em casos que se fizer necessário o afastamento do convívio com seus genitores ou responsáveis para a colocação da criança ou do adolescente em família extensa ou ampliada. Dos Objetivos o primeiro deles é evitar ou encerrar o acolhimento, seja institucional ou em serviços de família acolhedora, oportunizando a manutenção dos vínculos familiares e comunitários; O segundo é evitar o desmembramento do grupo de irmãos; O terceiro é Assegurar a convivência familiar e comunitária; O quarto é Auxiliar no custeio de despesas**

geradas com os cuidados de crianças e adolescentes em famílias extensas ou ampliadas sob a guarda e os cuidados de pessoa com quem mantenham laço de afinidade e afetividade, que não disponham de recursos financeiros suficientes para o provimento de suas necessidades básicas. Dos critérios para a inclusão e permanência do programa é a Existência de situação de vulnerabilidade e risco à criança ou ao adolescente que ocasione a necessidade de afastamento do convívio familiar; É a Realização de avaliação técnica pela equipe do CREAS, de acordo com o território de abrangência da família, a fim de analisar as condições da família que é potencial guardiã; A Inscrição da família de origem e da potencial família guardiã no Cadastro Unico; Comprovação de domicílio e residência da potencial família guardiã no Estado de Pernambuco; A Concessão da guarda da criança ou adolescente, pelo Poder Judiciário, à família guardiã; E os beneficiários do programa serão prioritariamente oriundos de municípios de Pequeno Porte I e II. No bolsa-auxílio Será um Valor de 01 (um) salário mínimo federal vigente para cada criança ou adolescente em família guardiã. Na hipótese de grupo de irmãos ocorrerá da seguinte forma: Para 01 (uma) criança ou adolescente 01 (uma) Bolsa -Auxílio integral, já para a 2ª criança ou adolescente 80% do valor de uma Bolsa- Auxílio. Para a 3ª criança ou adolescente 50% do valor de uma Bolsa- Auxílio. Nos casos de crianças e/ou adolescentes com deficiência ou com demandas especiais de saúde, devidamente comprovadas mediante a apresentação de laudo médico, o valor da Bolsa -Auxílio será acrescido em 50% (cinquenta por cento) por cada criança e/ou adolescente com deficiência ou com demandas especiais de saúde recebido pela família guardiã. Do Acompanhamento, à criança, ao adolescente, à família guardiã e à família de origem O acompanhamento da(s) criança(s) e/ou do(s) adolescente(s) colocados(a) em família guardiã será realizado por equipes técnicas municipais de Proteção Social Especial do CREAS e do CRAS, de forma permanente e sistemática, desde sua inclusão como beneficiário do Programa, prolongando-se até após a sua recolocação na família de origem. Com isso, foi aprovado sem ressalvas.

5-RESOLUÇÃO CIB/PE Nº 17 – Viviane deu início falando sobre Plano de Trabalho das Casas lares e pontuou que o Governo do Estado executa diretamente 14 serviços de acolhimento institucional, desses 14 serviços de acolhimento 4 são da modalidade abrigo institucional para criança e adolescente e 10 só para jovens e adultos com deficiência na modalidade, esses quatro serviços estão localizados 3 aqui em Recife e 1 em Garanhuns. A proposta é que descentralize esses serviços de acolhimento e que traga uma modalidade com um número menor de criança e adolescente acolhidos, trazendo individualização e ter uma metodologia de trabalho que se aproxime mais da sua rotina e da dinâmica. A Casa Lar faz parte da modalidade institucional, porém Casa Lar tem um modalidade menor, tem uma cuidadora residente que tem uma metodologia de trabalho diferente, irá acompanhar a rotina e a dinâmica da criança e do adolescente de forma integral. O plano de trabalho implementa 6 serviços nas regiões de Agreste e Sertão, onde apresenta a maior demanda de Crianças e adolescentes. O recurso é Estadual, na unidade orçamentária 600101, dentro da atividade de Proteção Social Especial na Sub ação de acolhimento institucional, o custo estimado é de 2.784.585,6000 (dois milhões setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos). O repasse e a prestação de contas será realizada de forma bimestral no valor de R\$ 464.097,6000 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, noventa e sete reais e sessenta centavos). Foi aprovado sem ressalvas.

6-PLANEJAMENTO CEAS 2024/2025 – A secretária Executiva Ana Paula deu início falando sobre a demanda de planejamento de Abril, ela pontuou que gostaria de rever outra data, que seja ou Maio ou em Junho, pois temos até Julho para a reunião de planejamento, pois a última foi feita no dia 04 e 05 de Julho de 2022. A secretária pontuou que no mês de Abril o Conselho está com a agenda muito apertada, pois voltou de férias recente, tem uma técnica de Férias e duas técnicas em viagens e irá viajar para o Rio de Janeiro, para a

213 Descentralizada do Conselho Nacional, com isso precisasse ver uma data, a Vice
214 presidente Edjane falou que não foi fechado nenhuma data e que pode deixar para
215 Maio, o Conselheiro Edson solicitou que envie o planejamento em vigor e concorda
216 com a data, já o Conselheiro José Felipe falou que não ver prejuízos em deixar o
217 planejamento para Maio ou Junho, pontuou que incluísse nesse aspecto um momento
218 de avaliação desses últimos dois anos planejados. Com isso foi Aprovado.
219 **Encerramento** - A assembleia foi encerrada às 15:30hs, e, para constar, eu, Ana
220 Paula Viana Torres, Secretária Executiva do CEAS, lavrei a presente ata, que vai ser
221 lida e aprovada, sendo anexa à lista de presença.